

EDITORIAL

No ano em que se comemoram 100 anos da implantação da República em Portugal, tão bem retratada na magnífica exposição que esteve patente ao público na Cordoaria Nacional, valerá a pena recordar, que foi a República que continha no seu programa como grande desígnio nacional promover a instrução pública e a cidadania, que criou as Universidades de Lisboa e Porto, dando assim um contributo inestimável, para o desenvolvimento da Investigação Científica e Tecnológica no nosso país.

Devemos à República, e em particular a António José de Almeida, essa visão de progresso que, em relação ao ensino agrário, se traduziu na sua reorganização, bem como na concepção e construção de raiz do edifício do Instituto Superior de Agronomia, inaugurado em 1917, no qual ao longo deste século se formaram gerações de agrónomos e silvicultores (em exclusivo até à década de 80), continuando ainda hoje a ser a escola de referência da agronomia lusitana.

Cem anos depois, vivemos hoje numa sociedade globalizada, em que a promoção do conhecimento científico e tecnológico diferencia cada vez mais povos e países e, se assume como uma alavanca estratégica para a competitividade das economias, e para o progresso e bem estar da Humanidade em todos os quadrantes.

Com escassos recursos naturais e humanos, a investigação científica em Portugal foi sempre um projecto adiado que, apesar de tudo, foi sobrevivendo modestamente, graças ao sonho e ao engenho de algumas instituições e figuras emblemáticas que, a nível das universidades e de alguns laboratórios públicos e privados conseguiram manter a chama, e até nalguns casos fazer escola.

Hoje a realidade é bem diferente e, não obstante estarmos longe dos patamares que seriam desejáveis, é inegável que nos últimos anos se registou um enorme progresso nalgumas áreas, criando-se uma dinâmica que envolve a sociedade civil e as empresas, como parceiros privilegiados duma estratégia, que começa a dar frutos, e pode constituir um activo valioso para o nosso futuro.

Em Portugal, mau grado a constante lamúria nacional, a despesa pública e privada em I&D atingiu o nível de 1,55% do PIB em 2008; existindo 7,2 investigadores por cada mil activos, valores que nos situam acima da média Europeia, embora em nível inferior ao dos países mais desenvolvidos de dimensão equivalente.

Nesta perspectiva, a continuidade do Compromisso com a Ciência e o Desenvolvimento Tecnológico, assumido no orçamento para 2011 pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior – MCES: visando consolidar e garantir a sustentabilidade das capacidades científicas e tecnológicas, e estimular o seu aproveitamento, no âmbito da renovação e cooperação entre os sectores público e privado à escala nacional e internacional, com a assunção de medidas inovadoras, no financiamento

de novos projectos e recrutamento de investigadores – num quadro de maior atractividade para o nosso país – é um desiderato que saudamos e apoiamos.

Infelizmente, quando olhamos para a investigação agrária, constatamos que no nosso sector o panorama se apresenta pouco promissor em relação ao futuro. Por um lado, a desorganização e a fragilidade das instituições do ensino universitário e superior, com escolas a mais, não favorece a concentração de massa crítica e a formação de centros de excelência; por outro, os chamados Laboratórios do Estado que, salvo em áreas pontuais nunca conseguiram verdadeiramente afirmar-se – por falta duma cultura de mérito e de critérios de avaliação rigorosos – encontram-se hoje em grave agonia, vítimas de pseudo-reestruturações sem qualquer sentido e duma gestão errática, que tem desmotivado e arrastado para a aposentação alguns dos seus melhores quadros.

Na grave crise que actualmente enfrentamos, as actividades de IED têm que responder com imaginação e pragmatismo aos desafios que hoje se colocam à nossa agricultura, para aumentarmos a produtividade e os níveis de auto-suficiência e segurança alimentares.

É tempo de arrear caminho, aprender com os erros do passado e apostar claramente num novo paradigma, que vá ao encontro das prioridades nacionais, e assente numa gestão criteriosa dos nossos limitados recursos, envolvendo de forma inequívoca todos os principais protagonistas do sector.

O Director

Manuel Augusto Soares

P.S. Este é o último número publicado pela actual Direcção da SCAP, que cessa o seu mandato em 31 de Março de 2011.

Na qualidade de Director desta Revista, quero agradecer a colaboração de todos os autores e membros da Redacção e do Conselho Científico, que tornaram possível a edição de oito números em condições nem sempre fáceis, ao longo de dois mandatos.

Permitam-me que destaque em particular o trabalho desenvolvido pelo Editor, Dr.^a Maria Cândida Liberato, pelo carinho, empenhamento e dedicação sem limites com que abraçou este projecto. Bem hajam!